

Claro & Escuro

3643-5037

Relator quer plebiscito sobre semipresidencialismo no País

O relator do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa a adoção do semipresidencialismo no Brasil, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), defendeu uma consulta popular prévia sobre a mudança do sistema de governo. O relatório foi apresentado na quarta-feira, 6, mas um pedido de vista coletivo adiou a votação da matéria para terça-feira, 12. Em seu parecer, Moreira foi favorável à realização de plebiscito que será convocado por decreto legislativo. Pelo texto, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos seis meses que antecederem a consulta, fazer a divulgação nos veículos de comunicação dos principais pontos do sistema semipresidencialista: eleição popular do presidente, primeiro-ministro com apoio de maioria parlamentar e distinção entre chefia de Estado e de governo. O relator afirmou que, apesar de a Constituição não prever necessidade de respaldo popular, a consulta pode trazer mais esclarecimento e legitimidade ao processo.

BRASÍLIA É A PRIMEIRA A OFERECER A NOVA



Desde quarta-feira, 6, as empresas vencedoras do edital de licitação para a construção da infraestrutura de rede 5G em Brasília começaram a instalar a infraestrutura. A capital é a primeira do país a ter cobertura da nova tecnologia. Após o teste piloto realizado, as empresas devem oferecer o 5G standard para o restante do país. A infraestrutura é totalmente nova e dedicada à tecnologia.



Denúncia 1

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) admitiu uma representação com pedido de medida cautelar interposta pela empresa CS Brasil Frotas Ltda. contra o Governo do Amazonas e o Centro de Serviços Compartilhados.



Denúncia 2

A empresa questiona licitação para contratação, pelo menor preço por lote, de empresa especializada em serviços de locação de veículos leves tipo hatch, sedan e executivo.



Estudantes

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) aprovou projeto



Mendonça julgará PEC do Auxílio no Supremo

O sistema do Supremo Tribunal Federal (STF) atribuiu ao ministro André Mendonça a decisão do mandado de segurança, em tramitação na Corte, que pede em caráter liminar a suspensão da tramitação da PEC dos Auxílios na Câmara dos Deputados.



Segurança O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) pediu a suspensão de mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão contra